



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 8/SES/JRECURSOS/2022

PROCESSO Nº 1320.01.0143159/2019-64

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Hospital São Januário

MUNICÍPIO: Ubá

NMAA: Sudeste

URS: Ubá

SEI: 1320.01.0143159/2019-64

ATIVIDADE SISAUD: 623

RECORRENTES:

- Hospital São Januário (Pessoa Jurídica)
- Diretor Técnico, Sr. F.L.F.L. (Pessoa Física).

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial (ARAS) Centro Sul/SRS Barbacena, no Hospital São Januário de Ubá, em atendimento ao Plano Anual de Auditoria do CEA/SUS-MG de 2020, para apurar possíveis irregularidades no faturamento de Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs).

Referida auditoria originou os O cios de No ficação SES/AUDSUS nº 682/2021, nº 683/2021 e 684/2021 em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades e/ou medidas corre vas, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corre va de Devolução de Recursos em consequência das constatações:

1 - Constatação nº: 614210 - O Hospital São Januário realizou cobrança/faturamento de diária de UTI superior aos dias em que o paciente esteve internado na unidade.

2 - Constatação nº: 614216 - O Hospital São Januário realizou emissão indevida de mais de uma AIH para o mesmo paciente.

3 - Constatação nº: 614220 - Prontuários não apresentados.

4 - Constatação nº: 614232 - Faturamentos de AIH com período de internação inferior às 24hs.

PARECER

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade dos Recorrentes.

Os Recorrentes, Hospital São Januário e seu Diretor Técnico, Sr. F.L.F.L., Pessoa Jurídica e Pessoa Física, respectivamente, apresentaram recurso, por meio do Procurador Outorgado, G.R.T. OABMG 129.951, objetivando que fiquem as constatações não conformes supracitadas.

1 – Constatação nº: 614210 - O Hospital São Januário realizou cobrança/faturamento de diária de UTI superior aos dias em que o paciente esteve internado na unidade.

A equipe de auditoria evidenciou que:

“Foram analisados um total de 414 prontuários, elencados nas listagens A, B e C. Foram confrontadas as informações registradas nos espelhos das AIHs faturadas com as informações dos respectivos prontuários, sendo os dados extraídos e registrados em planilha de conferência. Constatou-se em um total de 17 (dezessete) prontuários, a cobrança de 28 (vinte e oito) diárias de UTI superior aos dias em que o paciente esteve internado na unidade. Estas 28 diárias e suas respectivas AIHs estão listadas no Anexo 1 deste relatório e somam o valor total de R\$13.404,16 (treze mil, quatrocentos e quatro reais e dezesseis centavos).”

2 – Constatação nº 614216 – O Hospital São Januário realizou emissão indevida de mais de uma AIH para o mesmo paciente.

A equipe de auditoria evidenciou que:

“Foram analisados 144 (cento e quarenta e quatro) prontuários referentes a 144 espelhos de AIH em que constavam duplicidade de pacientes, elencados na listagem denominada B. Foram confrontadas as informações registradas nos espelhos de AIH com aquelas registradas nos respectivos prontuários e constatado que para 43 usuários houve a emissão indevida de mais de uma AIH. Observouse que as emissões indevidas ocorreram para pacientes que retornaram com menos de 3 dias da alta para continuar tratamento da mesma patologia e/ou para tratamento cirúrgico relacionado diretamente com a patologia clínica que gerou a primeira internação. Tais AIHs estão listadas no Anexo 2 deste relatório e somam o valor de R\$ 22.060,91 (vinte e dois mil, sessenta reais e noventa e um centavos)”

3 – Constatação nº 614220 - Prontuários não apresentados.

A equipe de auditoria evidenciou que:

“Foram solicitados ao auditado, através do Ofício de Comunicação de Auditoria que fossem disponibilizados para análise dos auditores um total de 467 (quatrocentos e sessenta e sete) prontuários, discriminados nas listagens A, B e C. Destes, não foram disponibilizados um total de 43 (quarenta e três) prontuários, os quais estão listados no Anexo 3 deste Relatório de Auditoria e somam o valor total de R\$152.396,38 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos).”

4 – Constatação nº: 614232 - Faturamento de AIH com período de internação inferior às 24hs.

A equipe de auditoria evidenciou que:

“Durante a análise dos prontuários elencados na listagem B, foi constatado em três prontuários que o período de internação foi inferior a 24 horas, conforme discriminado abaixo:

A AIH 311810240854-2 foi faturada com o procedimento 0303010061 Tratamento de Doenças Infecciosas e Intestinais com período de internação de 22/10/2018 a 22/10/2018 e motivo da alta - a pedido. A análise do prontuário evidenciou que o paciente deu entrada no dia 22/10/2018 às 06h 17min, havendo prescrição médica de um frasco de Soro Fisiológico (500 ml) com alta após término do soro. Embora não conste a checagem da medicação pela enfermagem, o paciente em entrevista informou que após o término do soro foi liberado. Valor original faturado: R\$ 324,90 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa centavos).

A AIH 311910062820-4 foi faturada com o procedimento 0303010061 Tratamento de Doenças Infecciosas e Intestinais com período de internação de 05/03/2019 a 06/03/2019 e motivo da alta - a pedido. A análise do prontuário evidenciou que o paciente deu entrada no dia 05/03/2019 às 22h 28min registrado na ficha de internação e saída no dia 06/03/2019 às 10h, conforme evolução de enfermagem. Valor original faturado: R\$ 324,90 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa centavos).

A AIH 311910208614-4 foi faturada com o procedimento 0303060107 - Tratamento de Crise Hipertensiva com período de internação de 13/08/2019 a 13/08/2019 e motivo da alta - a pedido. A análise do prontuário evidenciou que o paciente deu entrada no dia 13/08/2019 às 11h 25min registrado na ficha

de internação e saída na mesma data à noite, conforme evolução de enfermagem. Valor original faturado: R\$189,67 (cento e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

Constatou-se que o período de internação nos três casos foi inferior a 24 horas e com o motivo de alta a pedido, o que de acordo com o Manual do Sistema de Informação Hospitalar/SIH deve, obrigatoriamente, nestes casos, ser cobrado o procedimento: Diagnóstico e/ou Atendimento de Urgência na especialidade correspondente, nestes casos em Clínica Médica.

As 3 AIH somam o valor total de R\$ 839,47 (oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos). Considerando que o valor do procedimento Diagnóstico e/ou Atendimento de Urgência na especialidade correspondente, conforme tabela SIGTAP, tem o valor unitário de R\$ R\$ 44,22 (quarenta e dois reais e vinte e dois centavos), fica proposto a devolução parcial (diferença) entre os procedimentos cobrados no valor original de R\$ 706,81 (setecentos e seis reais e oitenta e um centavos)."

Assim se manifestaram os Recorrentes em relação às não conformidades supracitadas:

Documento SEI 38603373

"CASA DE SAÚDE SÃO JANUÁRIO LTDA, nome fantasia Hospital São Januário, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 71.033.278/0001-03 e FERNANDO LUIZ FORTUCI LOPES, brasileiro, médico, CRM/MG 12681, CPF 454.760.476-20, todos com endereço à Avenida Comendador Jacinto Soares de Souza Lima, 545, centro, Ubá-MG, CEP 36500-090, vem à presença de V. Sa., por seu procurador infra assinado, apresentar RECURSO à conclusão do processo administrativo, o fazendo nos seguintes termos.

Trata-se de auditoria realizada junto ao Hospital supra qualificado, na qual se alega a cobrança de diárias de UTI em número superior aos dias que o paciente esteve internado, bem como suposta emissão de mais de uma AIH para o mesmo paciente, e suposto faturamento de AIH com período inferior a 24 horas.

Ao final foi apurado o valor de R\$ 188.568,26 como sendo o valor supostamente cobrado de forma indevida.

Apresentada defesa, concluiu-se pela conclusão do processo administrativo com a devida cobrança referente aos ressarcimentos previstos no relatório.

Entretanto, conforme passará a expor, não existiu qualquer cobrança irregular por parte do Hospital no que tange aos documentos a seguir elencados.

Como se demonstra da justificativa de cada AIH, o motivo que gerou a conclusão pela devolução dos valores não procede, conforme se expõe um a um a seguir:

- Documento 3117100010827 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do segundo período se refere a tratamento de patologia diversa, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117100268348 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117100459770 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117100543986 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117100647287 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do segundo período se refere a tratamento de patologia diversa, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117100898824 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do segundo período se refere a tratamento de patologia diversa, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117100891531 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do segundo período (30/03 a 31/03) se refere a tratamento de patologia diversa (colecistectomia), não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117101161416 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117101397619 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do segundo período se refere a tratamento de patologia diversa, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117101466083 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do segundo período (21/05 a 23/05) se refere a tratamento de patologia diversa (diabetes), não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117102421653 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do segundo período (15/08 a 16/08) se refere a tratamento de patologia diversa, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117102620555 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado

com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período (05/09 a 08/09) se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117102773059 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117102830699 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117103113069 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3117103213664 – Conforme se comprova do prontuário médico houve internação do paciente no período cobrado, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3117103516043 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118100084320 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118100128132 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, sendo um período para tratamento oncológico e outro para crise hipertensiva, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118100110158 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos

equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3118100259220 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118100272837 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra os termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período (doença do intes no) se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período (apendicectomia), não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118101077718 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções

catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3118100273002 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3118100317673 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118100563490 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, sendo um período para tratamento oncológico e outro para crise hipertensiva, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118100439322 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118100915468 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118101180865 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118101577250 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118101769486 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118101689110 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item. O paciente recebeu alta administrativa do primeiro período e retornou para realização de procedimento diferente no segundo período, laparotomia.

- Documento 3118102046422 – O número do documento não coincide com as AHI's do paciente, devendo por tal motivo ser indevido o ressarcimento. Ainda que o entendimento seja de forma diversa, pelos prontuários verificou-se que trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118101847630 – Embora o prontuário não houvesse sido localizado no momento da fiscalização, o mesmo foi localizado pelo Hospital, requerendo seja reaberto prazo para envio e análise do mesmo, e posterior decisão pelo não ressarcimento dos valores, eis que inexistente qualquer irregularidade.

- Documento 3118101872040 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de

patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item. No primeiro período, de 06/08 a 07/08, foram averiguadas doença intestinais, no segundo período de 07/08 a 09/08, procedimento de apendicectomia.

- Documento 3118101908075 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118101989497 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118102007812 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118102253629 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118102442037 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item. No primeiro período, de 25/11 a 27/11 foram examinadas a ocorrência de doença intestinais, sendo que no período de 27/11 a 29/11, foi realizada apendicetomia.

- Documento 3118102457900 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118102626738 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3118102626760 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe

natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3118102626760 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3118102668076 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3118102701813 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.
- Documento 3118102701846 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.
- Documento 3118102701846 – O prontuário foi disponibilizado, uma vez que o Hospital está sendo cobrado pelo ressarcimento de diárias de UTI referente à mesma AIH, conforme Constatação 61410. Não é devido o ressarcimento.
- Documento 3118102728917 – Embora o prontuário não houvesse sido localizado no momento da fiscalização, o mesmo foi localizado pelo Hospital, requerendo seja reaberto prazo para envio e análise do mesmo, e posterior decisão pelo não ressarcimento dos valores, eis que inexistente qualquer irregularidade.
- Documento 3118102767384 – Embora o prontuário não houvesse sido localizado no momento da fiscalização, o mesmo foi localizado pelo Hospital, requerendo seja reaberto prazo para envio e análise do mesmo, e posterior decisão pelo não ressarcimento dos valores, eis que inexistente qualquer irregularidade.
- Documento 3118102790660 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.
- Documento 3118102835606 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.
- Documento 3118102858552 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.
- Documento 3119100023842 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3119100078072 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.
- Documento 3113100103273 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item. O primeiro período foi para tratamento de pielonefrite, sendo que o segundo para tratamento de nefrectomia total.
- Documento 3119100144281 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.
- Documento 3119100220060 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.
- Documento 3119100238694 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.
- Documento 3119100524892 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.
- Documento 3119100554713 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.
- Documento 3119100554790 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja

realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119100573600 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119100612123 – Embora o prontuário não houvesse sido localizado no momento da fiscalização, o mesmo foi localizado pelo Hospital, requerendo seja reaberto prazo para envio e análise do mesmo, e posterior decisão pelo não ressarcimento dos valores, eis que inexistente qualquer irregularidade.

- Documento 3119101141321 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item. O primeiro período de 07/06 a 10/06 foi para averiguação de doenças de vias biliares, o período de 10/06 a 12/06, foi para realização de colecistectomia.

- Documento 3119101174068 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3119101335031 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119101357779 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item. O primeiro período de 11/07 a 12/07 foi para averiguação de doença, e o segundo período de 12/07 a 13/07 foi para a realização de apendicectomia.

- Documento 3119101470232 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3119101521900 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 311910588570 – O número do documento não coincide com as AHI's do paciente, devendo por tal motivo ser indevido o ressarcimento. Ainda que o entendimento seja de forma diversa, a saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3119101679485 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3119101588526 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3119101679639 – Embora o prontuário não houvesse sido localizado no momento da fiscalização, o mesmo foi localizado pelo Hospital, requerendo seja reaberto prazo para envio e análise do mesmo, e posterior decisão pelo não ressarcimento dos valores, eis que inexistente qualquer irregularidade.

- Documento 3119101717644 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119101816446 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119101785063 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções

catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram

a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119101862503 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item. No período de 18/09 a 19/09, fez-se averiguação quanto a ocorrência de doença intestinal, e no segundo período de 19/09 a 20/09, foi realizada uma apendicectomia.

- Documento 3119102038525 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119102012983 – A saída do paciente foi para a enfermaria, portanto para outro serviço (tratamento em enfermaria), conforme determina o item 10 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3119102086254 – Embora o prontuário não houvesse sido localizado no momento da fiscalização, o mesmo foi localizado pelo Hospital, requerendo seja reaberto prazo para envio e análise do mesmo, e posterior decisão pelo não ressarcimento dos valores, eis que inexistente qualquer irregularidade.

- Documento 3119102202403 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119102363322 – Embora o prontuário não houvesse sido localizado no momento da fiscalização, o mesmo foi localizado pelo Hospital, requerendo seja reaberto prazo para envio e análise do mesmo, e posterior decisão pelo não ressarcimento dos valores, eis que inexistente qualquer irregularidade.

- Documento 3119102408268 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos

equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119102421688 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119102441653 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119102496610 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3119102496664 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100002129 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3120100005210 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3120100042499 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100068987 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3120100069438 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100079734 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100136461 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3120100080009 – Trata-se de retorno do paciente, que embora realizado com menos de 3 dias, não se enquadra nos termos do item 10.2 do Manual Técnico Operacional do Sistema De Informação Hospitalar, uma vez que a internação do primeiro período se refere a tratamento de patologia diversa do segundo período, não devendo ocorrer o ressarcimento do item.

- Documento 3120100179790 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo vítima de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por motivo de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100337563 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100339081 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100380012 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100369100 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100426443 – O prontuário médico foi perdido em razão de catástrofe natural que trouxe enormes danos às dependências do Hospital, sendo ví ma de um ciclone em 25/10/2019, bem como de uma enchente de proporções catastróficas (a maior da história de Ubá) em 08/04/2020. Tais desastres naturais causaram a perda de inúmeros prontuários médicos, além de diversos equipamentos e materiais, restando impossibilitada a juntada por mo vos de força maior. Requer seja realizado contato com o paciente para confirmar a veracidade da cobrança, pleiteando pelo não ressarcimento do item.

- Documento 3120100605798 – Embora o prontuário não houvesse sido localizado no momento da fiscalização, o mesmo foi localizado pelo Hospital, requerendo seja reaberto prazo para envio e análise do mesmo, e posterior decisão pelo não ressarcimento dos valores, eis que inexistente qualquer irregularidade.

Isto posto, requer seja recebido o presente RECURSO, DEFERINDO EFEITO SUSPENSIVO AO MESMO, e ao final seja julgado procedente para que o Hospital não seja compelido a realizar o ressarcimento dos valores cobrados em razão das AIH's acima relacionadas, em razão dos fundamentos mencionados.”

Estabelece o Manual Técnico Operacional de Informação Hospitalar do SUS, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, versão janeiro/2017:

"5. MAIS DE UMA AIH PARA O MESMO PACIENTE NA MESMA INTERNAÇÃO A emissão de nova AIH para o mesmo paciente é permitida nas condições abaixo:

5.7 DE CLÍNICA MÉDICA PARA CIRURGIA

Em casos clínicos onde durante a internação haja intercorrência cirúrgica não relacionada diretamente com a patologia clínica que gerou a internação.

5.12 QUANDO NÃO EMITIR NOVA AIH

No caso de retorno do paciente com menos de 03 dias da alta para o mesmo hospital para continuar tratamento da mesma patologia deve permanecer com a mesma AIH, mesmo que a internação seja feita por profissionais diferentes.

A análise dos registros em prontuário dos pacientes, cujas AIHs estão relacionadas no Anexo 2, evidenciaram que se tratavam de emissão indevida, uma vez que os pacientes apresentaram intercorrência cirúrgica relacionada diretamente com a patologia clínica que gerou a internação e/ou retornaram para continuar tratamento da mesma patologia.

A equipe concluiu pelo não acatamento das justificativas do auditado, uma vez que as AIHs foram emitidas em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS.

A análise das justificativas relacionada a cada AIH/prontuário está descrita no Anexo 5, uma vez que sua extensão ultrapassa a capacidade de caracteres deste campo do Relatório de Auditoria.(...)”

8. MUDANÇA DE PROCEDIMENTO Durante a internação, a hipótese diagnóstica inicial pode não ser confirmada ou pode surgir uma condição clínica superveniente, ou ainda, ser identificada outra patologia de maior gravidade, complexidade ou intercorrência que implique na necessidade de mudança de procedimento. Nestes casos, o procedimento solicitado e autorizado precisa ser modificado, então deve ser preenchido o Laudo para Solicitação/Autorização de Procedimentos Especiais e/ou Mudança de Procedimento. É necessária autorização do Diretor Geral ou Diretor Clínico ou outro profissional designado como autorizador nos estabelecimentos públicos e, do gestor na rede complementar.

(...)

8.2 DE CLÍNICA MÉDICA PARA CIRURGIA Deve ser solicitada a mudança de procedimento e especialidade de clínica para cirúrgica no caso do paciente

internado com determinado quadro clínico e durante a internação precisar ser submetido a uma cirurgia para solucionar o quadro clínico inicial, pois, caso contrário, trata-se de emissão nova AIH.

10. REGISTRO DE DIÁRIAS Diária é a permanência de um paciente por um período indivisível de até 24 horas em uma instituição hospitalar. A hora início/fim do período considerada para contagem pelo SIH é a meia noite. O dia da saída só será computado se a saída do paciente ocorrer no mesmo dia da internação, ou no caso de transferência para outro serviço, óbito ou permanência do paciente."

O "outro serviço" não se refere a enfermaria da mesma instituição. E como podemos inferir do exemplo citado no item 10.2 do mesmo Manual, o dia que o paciente sai da UTI e vai para enfermaria é computado como diária de enfermaria:

"10.2 DIÁRIA DE UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO (UTI) ... Como exemplo, se o procedimento tem atributo média de permanência 06 dias e o paciente internou dia 01 na enfermaria, foi para a UTI dia 3 e saiu da UTI no dia 5 indo para a enfermaria, são duas diárias de UTI (dias 3 e 4) e a do dia 5 já é da enfermaria..."

(...)

36 DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM CLÍNICA MÉDICA, PEDIÁTRICA E CIRÚRGICA

O registro de Diagnóstico e/ou Atendimento de Urgência, deve ser realizado de acordo com:

CÓDIGO: 03.01.06.001-0

PROCEDIMENTO: Diagnóstico e/ou Atendimento de Urgência em Clínica Pediátrica

CÓDIGO: 03.01.06.008-8

PROCEDIMENTO: Diagnóstico e/ou Atendimento de Urgência em Clínica Médica

CÓDIGO: 03.01.06.007-0

PROCEDIMENTO: Diagnóstico e/ou Atendimento de Urgência em Clínica Cirúrgica

Em caso de alta a pedido, evasão ou transferência para outro hospital, com período de internação igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) horas o procedimento solicitado deve, obrigatoriamente, ser mudado para Diagnóstico e/ou Atendimento de Urgência na especialidade correspondente.

Estes códigos, também, devem ser utilizados em casos de diagnóstico não confirmado com internação de curta permanência, tratamento de patologia de rápida resolução não codificada na tabela ou de internação para investigação diagnóstica e em casos passíveis de tratamentos ambulatoriais, identificados pela auditoria, sob solicitação desta. Não permite permanência a maior ou mudança de procedimento."

A Resolução CFM nº 1.638/2002 define prontuário médico em seu art. 1º como o documento único composto de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo.

Ainda a Resolução CFM Nº 1821/2007 estabelece em seu art. 8º. o prazo mínimo de 20 (vinte) anos, a partir do último registro, para a preservação dos prontuários dos pacientes em suporte de papel, que não foram arquivados eletronicamente em meio físico, microfilmado ou digitalizado.

Desse modo fica evidenciado que cabe à instituição que assiste ao paciente o dever de guarda do seu prontuário, que deve estar permanentemente disponível a ele, se arquivados eletronicamente em meio físico, microfilmado ou digitalizado e por 20 (vinte) anos para os prontuários em suporte de papel.

A Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, estabelece:

(...)

CAPÍTULO

Das Disposições Gerais

Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano. (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021).

Extrai-se da cláusula oitava do Contrato nº 61/2018, que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Saúde e o hospital auditado, com a interveniência de sua Secretaria Municipal de Saúde, visando à prestação de serviços e ações de saúde ao Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG):

(...)

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, compete, a cada parte, as seguintes obrigações que seguem:

(...)

II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(...)

XXXVI. Responsabilizar-se por eventuais distorções no faturamento da produção das ações e serviços de saúde, incluindo a sua adequação;

(...)

O Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019, contém as normas que devem ser seguidas pelos médicos no exercício de sua profissão, inclusive nas atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e administração de serviços de saúde, bem como em quaisquer outras que utilizem o conhecimento advindo do estudo da medicina:

(...)

Capítulo X

DOCUMENTOS MÉDICOS
É vedado ao médico:

(...)

Art. 87. Deixar de elaborar prontuário legível para cada paciente.

§ 1º O prontuário deve conter os dados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido, em cada avaliação, em ordem cronológica com data, hora, assinatura e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina.

§ 2º O prontuário estará sob a guarda do médico ou da instituição que assiste o paciente.

A Resolução CFM nº 1.638/2002, que define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde, assim dispõe:

Art. 1º - Definir prontuário médico como o documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo.

(...)

Art. 5º - Compete à Comissão de Revisão de Prontuários:

(...)

II - Assegurar a responsabilidade do preenchimento, guarda e manuseio dos prontuários, que cabem ao médico assistente, à chefia da equipe, à chefia da Clínica e à Direção técnica da unidade.”

Com relação às constatações indicadas nos itens 614210, 614216 e 614220:

A equipe de auditoria entendeu que a mera alegação de perda dos prontuários não afasta a inconformidade; que faltou enviar comprovação documental das providências tomadas pela instituição, na pessoa de seu Responsável Legal, quanto à distorção em comento, entendimento com o qual compartilhamos.

Assim sendo, analisado as argumentações apresentadas, as quais não trouxeram fatos novos aos apresentados em primeira instância, confrontando – as com os apontamentos da equipe de auditoria, os quais se deram a par de informações pormenorizadas de dados extraídos dos espelhos de AIH's faturadas, nossa opinião é no sentido de que as medidas corretivas deverão ser tomadas, para os Itens 1 – Constatação nº. 614210 e 2 – Constatação nº 614216, porém, permanecendo parcialmente acatadas para o item 3 – Constatação 614220.

Já com relação ao item 4 - constatação nº 614232, não foram apresentadas justificativas ou documentação tendente a afastar a irregularidade identificada, situação em que a medida corretiva aplicada deverá ser tomada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, mas que não foram apresentadas justificativas válidas, aptas para afastar as irregularidades consignadas nos itens 1 - 624210 e 2 - 624216, situação em que entendemos pelo conhecimento do recurso, negando-lhe provimento para manter as penalidades e/ou medidas corretivas referentes às não conformidades em questão.

Do mesmo modo, permanece como parcialmente justificada a distorção consignada no item 3 - 614220, situação em que a penalidade e medida corretiva deverão ser tomadas.

Já a constatação indicada no item 4 (constatação nº: 614232), não foi objeto de análise, devido à ausência de manifestação por parte dos Recorrentes. Assim, sugerimos a manutenção da medida corretiva imposta ao Auditado.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidências das não conformidades aqui assinaladas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 15 de julho de 2022.

Andréa Faria de Magalhães
MEMBRO – SES

Rosimary de Araújo Rios Alves
MEMBRO – SES

Tiago Bernardino da Costa
MEMBRO – SES

1 - Ciente.

2 - De acordo.

3 - Submeto à apreciação do Sr. Secretário de Estado Adjunto de Saúde.

Ludércio José de Matos
COORDENADOR DA JUNTA DE RECURSOS